

BAESA – ENERGÉTICA BARRA GRANDE S.A.
CNPJ/MF nº. 04.781.143/00001-39
NIRE nº. 43300041468

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2004

(lavrada sob a forma de sumário conforme permissivo do artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76)

1. Data, Hora e Local. Às 10 horas do dia 18 de maio de 2004, na sede social da Companhia, situada na Rua Mariante, nº. 284, Conjunto 501, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **2. Convocação.** Dispensada, conforme § 4º do artigo 124 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "Lei das Sociedades por Ações"), pelo comparecimento da totalidade dos acionistas. **3. Quorum de Instalação:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital da Companhia. **4. Composição da Mesa:** Presidente: João Luiz Serafim da Silva, Presidente do Conselho de Administração. Secretário: Carlos Alberto Bezerra de Miranda. **5. Ordem do Dia:** (I) Deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração para a abertura de capital da Companhia; (II) Deliberar sobre proposta do Conselho de Administração para a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, sendo as debêntures escriturais, emitidas em duas séries, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data da emissão, totalizando o montante de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), mediante a emissão de até 20.000 (vinte mil) debêntures, as quais contarão com garantia de fiança a ser prestada por algumas das acionistas, diretas ou indiretas, da Companhia de forma proporcional às respectivas participações societárias, e de forma não-solidária (as "Debêntures", a "Primeira Emissão de Debêntures" e as "Fiadoras"). A referida fiança poderá, ser substituída, sem solução de continuidade, pela cessão em garantia, por parte da Companhia, dos direitos de crédito da Companhia decorrentes da venda de energia produzida pela AHE Barra Grande, inclusive com relação aos direitos de



crédito decorrentes dos contratos de compra e venda de energia ("CCVEs") celebrados entre certos acionistas da Companhia e a Companhia; (III) Deliberar sobre a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberar sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do referido artigo 59, e para prestar esclarecimentos adicionais à Comissão de Valores Mobiliários – CVM durante o processo de registro da Primeira Emissão de Debêntures; e (IV) Deliberar sobre a autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da Primeira Emissão de Debêntures, ratificando os atos já praticados pela Diretoria com tal finalidade até a presente data.

6. Deliberações tomadas por unanimidade: Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos: (I) Aprovar a abertura de capital da Companhia. (II) Aprovar a Primeira Emissão de Debêntures, com as seguintes características: (a) Valor Total da Emissão: o valor total da Primeira Emissão de Debêntures será de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data da Emissão; (b) Número de Séries: a Primeira Emissão de Debêntures será efetuada em duas séries; (c) Quantidade de Títulos: serão emitidas até 20.000 (vinte mil) Debêntures; (d) Valor Nominal Unitário: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (o "Valor Nominal Unitário"); (e) Espécie das Debêntures: as Debêntures serão da espécie subordinada e serão garantidas, pelo menos até a data da primeira repactuação dos termos e condições das debêntures de cada uma das séries, por fiança a ser prestada por algumas das acionistas, diretas ou indiretas, da Companhia de forma proporcional às respectivas participações societárias, e de forma não-solidária. A referida fiança poderá, ser substituída, sem solução de continuidade, pela cessão em garantia, por parte da Companhia, dos direitos emergentes de crédito da Companhia decorrentes da venda de energia produzida pela AHE Barra Grande, inclusive com relação aos direitos de crédito decorrentes dos CCVEs; e (f) Forma e Conversibilidade: as Debêntures serão escriturais e simples, não-



convertíveis em ações. (III) Delegar poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre todas as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 de Lei das Sociedades por Ações, assim como para cancelar as sobras das Debêntures eventualmente não colocadas durante o prazo de distribuição pública, bem como aquelas em tesouraria. (IV) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização da Primeira Emissão de Debêntures, podendo, inclusive, mas não se limitando a, contratar serviços e celebrar os respectivos contratos em termos e condições que julgar adequados ao interesse da Companhia, ficando, desde já, ratificados todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia com tal finalidade até a presente data. Dentre as autorizações ora outorgadas à Diretoria encontram-se a de contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para atuar como instituição intermediária no processo de distribuição pública das Debêntures, bem como banco mandatário, agente escriturador, agente fiduciário, agência(s) de classificação de risco (*rating*) e agência de publicidade e de *marketing*. 7.

Encerramento e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia, depois de lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Porto Alegre, 18 de maio de 2004.


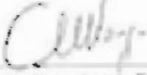
8. ASSINATURAS: p. ALCOA ALUMÍNIO S. A. Josmar Verillo; p. CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S. A. Miguel Normando Abdalla Saad e Wilson Pinto Ferreira Junior; pp. CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S. A. Otávio Freitas Ferreira e Cid Alvim Lopes de Resende; pp. COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO – CBA Cláudio Pavanello e Paulo Roberto Pizauro; p. DME ENERGÉTICA LTDA. Cicero Machado de Moraes; Miguel Normando Abdalla Saad, João Luiz Serafim da Silva, Otávio Carneiro de Rezende, Cicero Machado de Moraes, Otávio Freitas Ferreira, Luiz Carlos Mendes, Antônio Carlos Vieira da Silva, Cláudio Pavanello, Ronaldo Oliveira Garcia, Cid Alvim Lopes de Resende .



Certifico que a presente é cópia fiel do original.



CARLOS ALBERTO BEZERRA DE MIRANDA - Secretário

	JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO SUL
	CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/08/2004
	SOB Nº: 2472311
	Protocolo: 04/186726-2
Empresa: 43 3 0004146 8	
CASA EMPRESARIAL, RIO GRANDE, S/A	
	
Maria Helena de Oliveira Souza	
SECRETÁRIA-GERAL	